

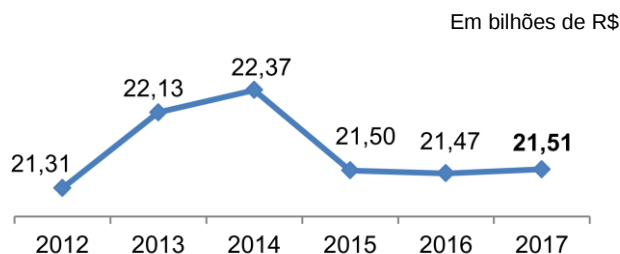
No presente Boletim, são analisados o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do sexto bimestre de 2017 e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do terceiro quadrimestre de 2017, publicados no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 30 de janeiro de 2018.

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (janeiro/2017 a dezembro/2017), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes, deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação legal.

A RCL é utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, a exemplo da dívida pública e dos gastos com pessoal.

Verifica-se um pequeno crescimento real da RCL (0,2%) em comparação com o mesmo período do ano anterior, sinalizando o início da recuperação econômica.



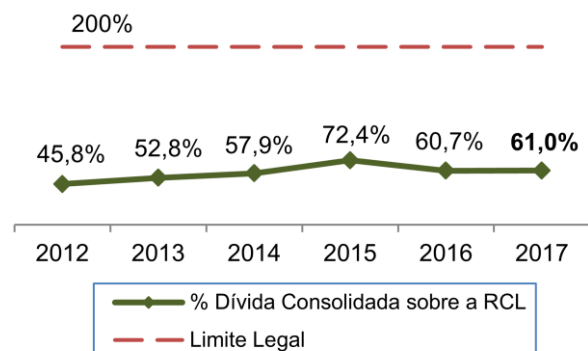
*Dados atualizados até dezembro de 2017 pelo IPCA.

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente ao dobro (200%) da Receita Corrente Líquida.

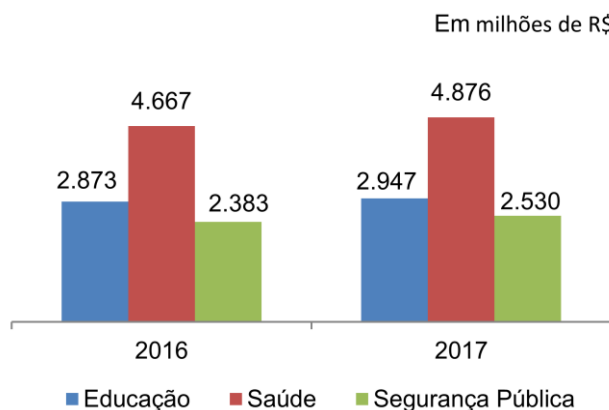
Em Pernambuco, a DCL de 2017 teve um pequeno crescimento em relação à de 2016, situando-se bem abaixo do limite máximo legal.



Despesas por Função de Áreas Sociais

É possível comparar a execução de despesas em áreas sociais por meio do demonstrativo de despesas por função.

Da análise dos resultados, é possível verificar um aumento real das despesas liquidadas nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública entre os exercícios de 2016 e 2017.



*Dados atualizados até dezembro de 2017 pelo IPCA.

Restos a Pagar – Poder Executivo

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de Restos a Pagar registrado pelo Poder Executivo era equivalente a R\$ 1,17 bilhão.

Ao final de 2017, o montante de Restos a Pagar correspondia a R\$ 1,46 bilhão. Logo, verifica-se que houve um incremento percentual de 25,22%.



*Dados atualizados até dezembro de 2017 pelo IPCA.

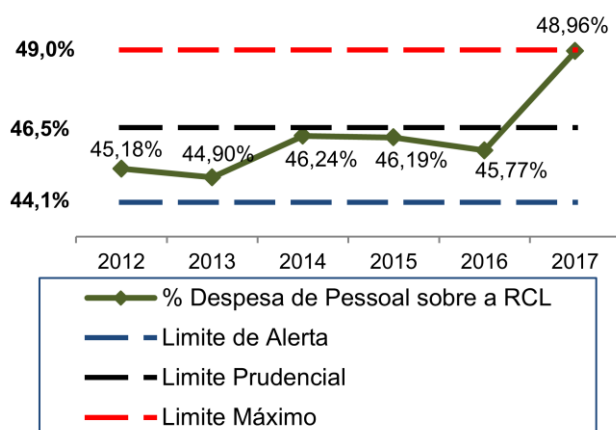
Despesa com Pessoal - Poder Executivo

O indicador de comprometimento da RCL com Despesa Total com Pessoal (DTP), definido pela LRF, é um dos mais importantes para análise da saúde financeira dos entes públicos.

A LRF estabelece três tipos de limite: máximo, prudencial e de alerta, os quais são estabelecidos em percentual da Receita Corrente Líquida. O Poder Executivo estadual fechou o ano de 2017 acima do limite prudencial e bastante próximo do limite total de despesas.

Desse modo, o Poder Executivo está sujeito às vedações apontadas no art. 22 da LRF, destacando-se:

- Concessão de aumento de remuneração
- Criação de cargos
- Contratação de pessoal e hora extra

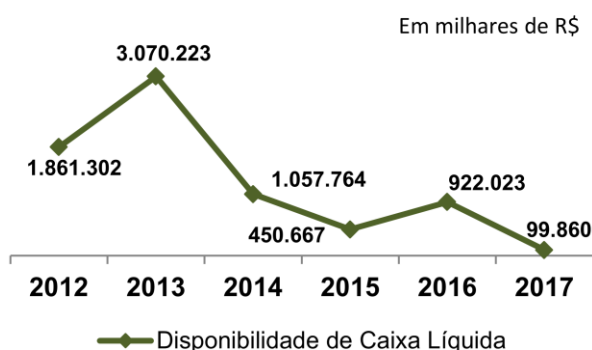


Disponibilidade de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Líquida advém do confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras.

De modo geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte com a suficiente disponibilidade de caixa.

Em Pernambuco, a disponibilidade de caixa líquida referente ao Poder Executivo caiu 89,17%, entre 2016 e 2017.



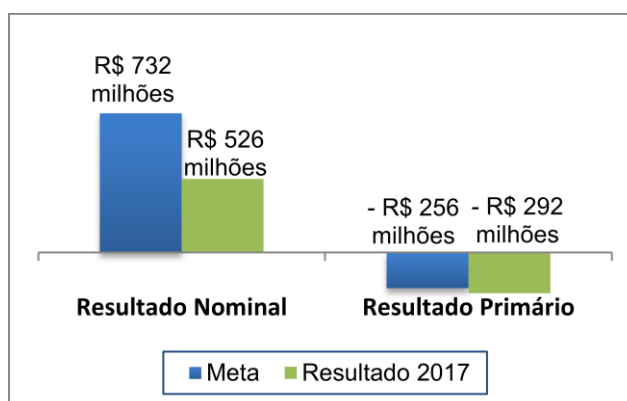
*Dados atualizados até dezembro de 2017 pelo IPCA.

Resultado Nominal e Primário

O resultado nominal representa a variação da dívida fiscal líquida num determinado período. Um resultado nominal positivo, a exemplo do observado em 2017, indica elevação da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um déficit nominal. Assim, quanto mais positivo o resultado nominal, pior a situação fiscal do Estado.

Já o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto os juros e amortizações da dívida). Déficits primários, como o ocorrido em 2017, aumentam o estoque total da dívida fiscal líquida.

A verificação periódica desses indicadores serve de base para o acompanhamento da gestão financeira em relação às metas estabelecidas nas LDOs.



Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias.

Na arrecadação, destacam-se as contribuições patronais e as dos servidores, enquanto a maior parte dos dispêndios do regime próprio de previdência estadual está relacionada às aposentadorias e pensões.

O resultado acumulado de 2017 encontra-se abaixo. Destaca-se que o tesouro estadual realiza aportes para cobrir o déficit previdenciário.

Frise-se ainda que o resultado previdenciário do ano anterior (2016) foi R\$ 2,15 bilhões negativo.

